

ABAIXO CRIAÇÃO DA POLICIA DE SAÚDE MENTAL EM FORTALEZA! ABAIXO O PL 5220/2018!

Outubro de 2023|<https://lutafob.org/>

Filiada Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil – FOB

Jorge Pinheiro, vereador de Fortaleza formulou um projeto de lei em 2018 que cria uma polícia de saúde mental para professoras, professores, terceirizadas que trabalhem em escolas e creches. Esse PL autoriza o executivo municipal a exigir que esses servidores, funcionários sejam submetidos anualmente a testes psicológicos/psiquiátricos.

No ano em que o prefeito Sarto/PDT recusou o pagamento do piso salarial integral (de janeiro a dezembro), agora a câmara municipal de Fortaleza, controlada pela situação, aprovou um Projeto de Lei, do vereador Jorge Pinheiro/PSDB que cria uma polícia de saúde mental na educação municipal.

Saúde mental não deve servir para perseguição!

O PL 5220/2018 estabelece que “o executivo municipal está autorizado a exigir de todos os servidores e funcionários públicos e contratados/terceirizados que exercem qualquer tipo de função em creches, escolas e unidades de ensino municipal a submissão anual a testes psicológicos e psiquiátricos.”

Esse primeiro artigo que é problemático fica ainda pior, visto que esse exame deverá ser entregue à instituição de ensino a qual estamos lotados, antes do início do ano letivo. Após essa entrega, os exames serão encaminhados para um Setor de Medicina do Trabalho que irá verificar a aptidão ou necessidade de afastamento para tratamento.

A princípio, alguns colegas podem entender essa medida como uma continuidade dos procedimentos para entrada de afastamentos/licenças para fins de saúde, mas não é esse o caso. A formulação de uma lei tem por objetivo normatizar um procedimento, de cima para baixo, da administração pública para as/os servidoras/es e funcionárias/os. Hoje, as trabalhadoras/es da educação, na medida em que sentem a necessidade de acompanhamento de sua “*psique*”, buscam o tratamento que melhor lhe agrade, dentro das alternativas disponibilizadas pelo IPM. IPM este que pratica assédio moral nas perícias médicas, partindo da premissa de que as/os servidoras/es estão fraudando ao colocar a sua banca para “avaliar” o servidor.

É incabível que haja um exame psicológico/psiquiátrico para avaliar a capacidade da categoria. Não se pode obrigar alguém que supostamente esteja passando por dificuldades psicológicas a um tratamento forçado. Isso vai de encontro a luta antimanicomial, luta histórica contra a criminalização e perseguição mascarada de tratamento (forçado), um reforço da ação de violência do Estado contra o Povo!

Devemos como categoria lutar contra esse projeto de lei já aprovado na Câmara Municipal de Fortaleza e revindicar a revogação deste junto a Sarto/PDT! Mas além. Devemos aproveitar esse momento para **reivindicar uma política REAL de saúde mental para as trabalhadoras/es da educação!** Devemos realizar um forte ato no Paço municipal na ultima semana de outubro.



NO ESTADO, MANTÊM-SE OS FEUDOS NA LOTAÇÃO DOS SUBSTITUTOS

Mais uma vez os professores temporários do Estado do Ceará são humilhados com as seleções realizadas nas escolas. Mudança de critérios e falta de transparência com os resultados são apenas algumas das reclamações dos temporários da rede estadual. Desde de 2016 não é realizada uma nova seleção, o que cria as condições para o assédio moral por parte de diretores e clientelismo.

A APEOC/CTB não só não filia os professores temporários como não faz a luta dos mesmos, restando ou a desesperança ou tentativas de organização que ainda não atingiram o conjunto dessa fração da categoria. Uma dessas iniciativas é a AMIGOS-PROFESSORES TEMPORÁRIOS, que vem lutando para organizar os temporários do estado e de municípios do interior. Saudamos essa iniciativa, para que os temporários tenham voz e vez e que possam lutar pelos seus direitos!

Em defesa da democracia nas escolas!

A democracia não se dá somente na boa ou má relação entre o núcleo gestor e o corpo docente, discente e funcionários (secretaria e apoio), pais e comunidade em geral. Podemos e temos em diversas escolas núcleos gestores que dialogam e se apresentam abertos às críticas e soluções de problemas. **No entanto, estes, apesar da seleção de gestores, se encontram amarrados, em maior ou menor medida, ao clientelismo tão presente na administração municipal sendo também vítimas do assédio moral presente na SME.** Uma das razões para isso ocorrer é a ausência de eleições diretas para gestão das escolas.

A gestão democrática só pode ocorrer no momento em que os gestores são submetidos à avaliação popular através de eleições diretas que envolvam toda a comunidade escolar. Isso é bom para a comunidade visto que cada candidata/o apresentará projetos de gestão para a escola que a comunidade escolar como um todo poderá escolher o que achar melhor e mais viável. Diferente do que ocorre hoje onde o gestor é encaminhado pela escola de acordo com a seleção interna da SME.

É preciso que defendamos, como bandeira democrática, a eleição direta para gestão escolar, para que a comunidade escolha o melhor projeto para a escola e para a comunidade. Queremos escolher nossos gestores!

Governo Lula/PT entrega educação para a colaboração com fundações empresariais e Banco Mundial - BIRD

Após uma sequência de absurdos conservadores e reacionários cometidos pelo governo Bolsonaro/PL no MEC, hoje o governo Lula/PT volta a entregar a educação para as fundações empresariais e para BIRD.

Camilo Santana/PT, que quando governador conseguiu fazer uma reforma da previdência pior que a de Bolsonaro/PL, exaltou a Federação Nacional das Escolas Particulares que tem por objetivo receber dinheiro público para as escolas privadas. O “pessoal de Sobral” recebeu atenção de Jorge Paulo Lemann que tem por objetivo “sobralizar” a educação brasileira, tendo em vistas apenas os índices como o IDEB, **sem levar em consideração os diversos problemas que essas avaliações possuem, entre elas, de serem o modelo de educação bancária, onde o objetivo é o “saber fazer” e não a reflexão do “porque fazer?”.**

Quem assume o INEP é Manuel Palácios, que compôs o governo Dilma e formulou a BNCC. Todos os outros nomes indicados para o MEC têm alguma relação com o “*Todos Pela Educação*” que conseguiu mudar o Ensino Médio com a reforma do ensino médio de Temer/MDB mas pensada ainda gestão Lula/PT em 2009.

Essas fundações já interferiam noutros governos PTistas. Agora seguimos em luta contra esses instrumentos da ideologia burguesa, sem ilusões com governos de conciliação como este.

Somos um grupo de trabalhadoras/es insatisfeitos com o modelo sindical hegemônico, incluindo o Sindiute/CUT. Lutamos por liberdade sindical e pela autonomia da nossa classe trabalhadora. Baixe e leia nossa tese ao VIII Congresso do Sindiute pelo QR Quode. Venha construir a ORC:

<https://lutafo.org/9568/>



OPOSIÇÃO DE RESISTÊNCIA CLASSISTA - ORC